

Epistemologia ou Semântica? Um Debate Entre Quine e Davidson

Epistemology or Semantic?
A Debate Between Quine and Davidson

Eleonoura Enoque da Silva
(Universidade Católica de Pernambuco, Brasil)

Rebecka Rabelo de Medeiros
(Universidade Federal de Pernambuco, Brasil)

Rafael Laurentino da Silva
(Universidade Paulista, Brasil)

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo expor as propostas de Quine para superar os dogmas do empirismo moderno e confrontá-las com algumas das críticas dirigidas por Davidson àquelas propostas. Nosso interesse pelo assunto decorre do fato de que, no pano de fundo do debate, entre os dois autores mencionados, é possível identificar diversos aspectos do embate acerca do papel da experiência na construção do conhecimento, desta feita sob a égide da Linguagem.

Palavras-chave: Linguagem. Epistemologia. Quine. Davidson.

Abstract

The present paper aims to expose Quine's proposals to overcome the tenets of modern empiricism and confront them with some of Davidson's criticisms of those proposals. Our interest in the subject stems from the fact that in the background of the debate, between the two authors mentioned it, is possible to identify several aspects of the conflict about the role of experience in knowledge construction, this time under the aegis of Language.

Keywords: Language. Quine. Epistemology. Davidson.

1 A crítica de Quine aos dois dogmas do empirismo

De acordo com Quine, o empirismo moderno foi condicionado por pelo menos dois dogmas, quais sejam, o da analiticidade e o do reducionismo; o primeiro repousa na distinção entre verdades analíticas e verdades sintéticas –; o segundo consiste na crença de que seria possível reduzir qualquer enunciado de uma linguagem significativa a enunciados sobre experiências sensoriais. Em seu artigo Dois Dogmas do Empirismo (DDE, 1960), o autor afirma,

O empirismo moderno foi condicionado, em grande parte, por dois dogmas. Um deles é a crença em uma divisão fundamental entre verdades que são *analíticas*, ou fundadas em significados independentemente de questões de fato, e verdades que são *sintéticas* ou fundadas em fatos. O outro dogma é o reducionismo: a crença de que cada enunciado significativo é equivalente a alguma construção lógica com base em termos que se referem à experiência imediata. (QUINE, 1980, p. 231)

A crítica quineana à distinção analítico/sintético, em DDE, parte da demonstração da falibilidade da tentativa de se definir o conceito de analítico. Em DDE, Quine inicia a abordagem a respeito da noção de analiticidade criticando a concepção kantiana de enunciado analítico:

Kant concebia um enunciado analítico como aquele que atribuía a seu sujeito não mais do que já está conceitualmente contido no sujeito. Essa formulação tem dois defeitos: ela se limita a enunciados da forma sujeito-predicado e recorre à noção de estar contido,

Partindo então dessa análise genérica da insuficiência do conceito kantiano de analiticidade, e baseado mais no uso que Kant faz do que na própria definição do conceito, Quine diz: “um enunciado é analítico quando é verdadeiro em virtude dos significados e independente de fatos” (QUINE, 1980, p. 231). Essa tentativa de definir um enunciado analítico abre a questão de qual seria o conceito de significado pressuposto na ideia de analiticidade. A partir disso, antes de buscar uma definição mesma de analiticidade, torna-se necessário estabelecer o que é o *significado*.

Em linhas gerais, é preciso compreender que significar não deve ser identificado com nomear – no caso dos termos singulares -, visto que termos diferentes podem nomear uma mesma coisa, porém, diferir quanto ao significado¹. Do mesmo modo, é preciso também evitar a confusão entre significado e extensão, no caso dos termos gerais ou predicados². Feitas essas ponderações, surge então a necessidade de compreender que tipos de coisas são os significados, para se evitarem equívocos

¹ Quine diz: “O significado, recordemos, não deve ser identificado com a nomeação. O exemplo de Frege da ‘estrela da manhã’ e da ‘estrela da tarde’, e o exemplo de Russell de ‘Scott’ e ‘o autor de Warveley’ ilustram o fato de que termos podem nomear a mesma coisa, mas diferir quanto ao significado.” (QUINE, 1980, p. 231)

² “Enquanto um termo singular pretende nomear uma entidade, abstrata ou concreta, um termo geral, não; mas um termo geral é verdadeiro a respeito de uma entidade, ou de cada uma de muitas, ou de nenhuma. A classe de todas as entidades de que um termo geral é verdadeiro é chamado de extensão do termo. Paralelamente ao contraste entre o significado de um termo singular e de uma entidade nomeada, devemos distinguir ainda entre o significado de um termo geral e sua extensão.” (QUINE, 1980, p. 232)

como pressupor que haja necessariamente entidades significadas, e, conseqüentemente, inferir que significado e referência não são distintos.

1.1 Crítica à analiticidade

Segundo Quine, o problema da analiticidade pode ser dividido em duas classes: uma classe que ele chamou de verdades lógicas, que são os enunciados analíticos, e a outra classe formada pelos enunciados que estão ligados à noção de sinonímia. O filósofo defende que o problema da analiticidade, mais acentuado, pertence à segunda classe, pois, ao substituir algumas palavras por seus sinônimos, pode ocorrer que se transforme na primeira classe da analiticidade. A respeito disso, ele afirma:

Nosso problema, entretanto, é a analiticidade e aqui a maior dificuldade encontra-se não na primeira classe de enunciados analíticos, as verdades lógicas, mas antes na segunda classe, que depende da noção de sinonímia (QUINE, 1980, p. 233).

As sinonímias, ou seja, os sinônimos são necessariamente palavras que podem ser substituídas umas pelas outras, sem que a sentença perca seus valores de verdade, se 'solteiro' é sinônimo de 'homem não casado', então, em todas as frases que a palavra 'solteiro' aparecer, poderá ser trocada pela palavra 'homem não casado', sem nenhuma alteração no valor de verdade da frase, pois continua tendo o mesmo sentido.

Uma das críticas de Quine à analiticidade visa a mostrar que, para ser confirmada, apela para os conceitos de significado, ou de sinonímia. Noutras palavras, a

definição da noção de analiticidade, remete ao exame da noção de sinonímia. O problema crucial dos enunciados analíticos, que são da segunda classe, ou seja, as sinonímias, é que eles tendem a definir ou até mesmo explicar os enunciados da primeira classe.

Vale ressaltar que sobre a noção de sinonímia, Quine problematiza o conceito a partir da via da definição, da explicação e da permutabilidade *salva veritate*. Sobre a noção de sinonímia, Quine aponta a dificuldade primordial de afirmar exatamente o que significaria tal noção:

Está longe de ser claro o que exatamente significa afirmar a sinonímia, o que exatamente podem ser as interconexões necessárias e suficientes para que duas formas linguísticas sejam apropriadamente descritas como sinônimas; mas o que quer que sejam, essas interconexões são normalmente baseadas no uso. (QUINE, 1980, p. 234)

Não obstante essa dificuldade de especificar o que seria a sinonímia, Quine aborda a noção pelas vias supracitadas. Mas a via que demanda mais aprofundamento é a questão da permutabilidade *salva veritate*. Sobre esse ponto, Quine coloca que:

A permutabilidade *salva veritate*, que é pedra de toque da sinonímia, não deve se aplicar a ocorrências fragmentárias dentro de uma palavra. Essa compreensão da sinonímia, supondo-a aceitável por outros motivos, tem, na verdade, a desvantagem de recorrer a uma concepção anterior de “palavra”, que por sua vez, apresentará dificuldades de formulação. Não obstante,

tendo reduzido o problema da sinonímia ao problema da natureza da palavra, é possível constatar algum progresso. (QUINE, 1980, p. 236)

Apesar desse possível avanço, restaria ainda a questão de se essa noção de permutabilidade *salva veritate* seria uma condição forte ou suficiente para a sinonímia, dentro de uma perspectiva de estabelecimento de um tipo de sinonímia cognitiva, e não de estabelecimento de identidades poéticas e psicológicas entre expressões. O conceito de sinonímia cognitiva surge a partir da tentativa de se estabelecer um tipo de analiticidade que permitisse a transformação de um enunciado analítico do tipo sinonímia em uma verdade lógica.

Entretanto o que, para Quine, era de fato necessário seria um tipo de sinonímia cognitiva que não partisse do pressuposto da analiticidade, uma vez que o conceito de analiticidade ainda permanece obscuro:

O que precisamos é de uma explicação de sinonímia cognitiva que não pressuponha a analiticidade – se devemos explicar a analiticidade, inversamente, com a ajuda da sinonímia cognitiva. E, na verdade, essa explicação independente de sinonímia cognitiva é que está sendo considerada agora, isto, a permutabilidade *salva veritate* em qualquer ocasião, exceto dentro de palavras. (QUINE, 1980, p. 237)

Quine aponta então para um tipo de circularidade entre o conceito de analiticidade e sinonímia, além de apontar para o fato de que, numa linguagem extensional,

a própria permutabilidade *salva veritate* sequer seria garantia de sinonímia cognitiva do tipo necessário:

Assim, devemos reconhecer que a permutabilidade *salva veritate*, se concebida em relação a uma linguagem extensional, não é uma condição suficiente da sinonímia cognitiva no sentido de que se necessita para derivar a analiticidade à maneira de verdade lógica. (QUINE, 1980, p. 238)

A partir dessas ponderações, Quine aprofunda sua crítica à analiticidade chegando à conclusão de que há uma obscuridade no conceito de analiticidade que só poderia ser, talvez, clarificada a partir de algum tipo de linguagem hipotética de um tipo simples. Porém, mesmo uma solução desse tipo não prescindiria de um modelo que toma a analiticidade como uma característica irreduzível, o que impediria que o conceito de analiticidade continuasse sem explicação ou definição plausível.

Segundo Quine: “no curso destas reflexões sombrias, chegamos primeiro a uma visão obscura da noção de significado; depois da noção de sinonímia cognitiva; e finalmente, da noção de analiticidade” (QUINE, 1980, p. 242). Desse modo, a crítica quineana ao primeiro dogma do empirismo, tornou-se uma das críticas mais bem fundamentadas e coerentes à analiticidade, e ao legado kantiano na epistemologia contemporânea. Outrossim, devido à impossibilidade de se clarificar, ou estabelecer um conceito de analiticidade, fica mais que evidente que não há como se traçar uma fronteira real entre enunciados analíticos e enunciados sintéticos. A partir disto, Quine passa então à crítica ao segundo dogma do empirismo, a saber: o dogma do reducionismo verificacionista.

1.2 Crítica ao reducionismo

O segundo dogma do empirismo seria o reducionismo, advindo da teoria verificacionista do significado, que parte da crença de que é possível reduzir qualquer enunciado significativo a enunciados sobre experiências sensoriais. Os reducionistas afirmam que “a verdade de um enunciado depende dos componentes lógico-linguístico e factual, e que a sua verificabilidade ou ‘confirmação’ depende do componente factual.” (PENCO, 2006, p. 194).

Essa afirmação é desconstruída pelo pensamento quineano. Segundo Quine o reducionismo é uma crença na qual o enunciado significativo é redutível à lógica, pois, refere-se às experiências imediatas, ou seja, o significado de um determinado enunciado deve ser verificado empiricamente antes de ser afirmado como verdadeiro ou falso. Na construção desse pensamento Quine utilizou a tese do filósofo Pierre Duhem que diz: “a unidade de confirmação empírica de uma teoria não é o enunciado isolado, mas a teoria em sua totalidade” (DUHEM *apud* PENCO, 2006, p. 195).

Para compreender a crítica ao reducionismo, é necessário ter a noção da teoria verificacional do significado, segundo a qual os “enunciados são sinônimos se e somente se são semelhantes no que diz respeito ao método de infirmação ou confirmação empírica” (QUINE, 1980, p. 242). Essa afirmação é considerada com uma descrição da sinonímia cognitiva³ em relação aos

³ Para Quine a sinonímia cognitiva são aqueles enunciados analíticos que sofrem transformações e resultam em enunciados logicamente verdadeiros (verdade lógicas). Por exemplo, no enunciado ‘nenhum solteiro é casado’, o termo “solteiro” pode ser substituído pelo o seu sinônimo cognitivo, “homem

enunciados, deixando de lado as formas linguísticas. É através dessa interação de sinonímia e enunciados, que encontraremos o conceito de sinonímia em relação às estruturas descritivas da língua, ou seja, as formas linguísticas em geral. Com relação a isso, Quine afirma,

Definir a analiticidade mais simplesmente em termos de mera sinonímia de enunciados junto com a verdade lógica; não é [...] apelar a sinonímia das formas linguísticas [...]. Pois um enunciado pode ser descrito como analítico simplesmente quando é sinônimo de um enunciado logicamente verdadeiro (QUINE, 1980, p. 243).

Certamente, a teoria verificacional é aceita como uma explicação da sinonímia, não das formas linguísticas, mas dos enunciados e, desse modo, à noção de analiticidade, que temos agora, estaria protegida. Com isso Quine apresenta o reducionismo radical, ou seja, “todo enunciado significativo é considerado como traduzível em um enunciado (verdadeiro ou falso) sobre a experiência imediata” (QUINE, 1980, p. 243).

Esse reducionismo radical foi adotado pelo filósofo alemão Rudolf Carnap, o qual não aceitava a linguagem de dados sensíveis, pois acreditava que essa linguagem estava além dos fatos sensoriais, resultando na redutibilidade da ciência. A respeito disso, diz Quine:

A linguagem que Carnap adotou como ponto de partida foi uma linguagem dos dados dos sentidos no sentido mais restrito que se pode conceber, pois incluía também as notações da lógica, inclusive a teoria superior dos

que não casou”. Portando deixou de ser analítico e transformou-se em um enunciado de verdade lógica.

conjuntos, com efeito, incluía toda a linguagem da matemática pura. A ontologia implícita nela (isto é, o domínio dos valores de suas variáveis) abarcava não só eventos sensoriais, mas também classes, classes de classes, e assim por diante. (QUINE, 1980, p. 244)

No confronto com Carnap, e mostrando ao filósofo alemão os problemas de sua filosofia a respeito do reducionismo, Quine persistiu no seu pensamento sobre o reducionismo, e afirmou que,

O dogma do reducionismo sobrevive na suposição de que cada enunciado, tomado isoladamente de seus companheiros, pode admitir confirmação ou infirmação de algum modo. [...], resultando essencialmente da doutrina do mundo físico de Carnap no *Aufbau*, é que nossos enunciados sobre o mundo exterior enfrentam o tribunal da experiência sensível não individualmente, mas apenas como corpo organizado (QUINE, 1980, p. 245).

Outrossim, essa linguagem dos dados dos sentidos proposta por Carnap findou por apontar para um abandono da noção de tradução de enunciados sobre o mundo físico em enunciados sobre a experiência imediata, fomentando então uma visão atenuada do reducionismo. O dogma do reducionismo, agora nos moldes de um *reducionismo atenuado*, trazendo em seu cerne a noção mesma da teoria verificacionista do significado, sustenta-se, de acordo com Quine, na suposição equivocada de que cada enunciado, tomado isoladamente de seus pares, pode, de qualquer forma, admitir confirmação ou

invalidação. Assim sendo, na perspectiva quineana, embora mais atenuado e sutil, o reducionismo continuaria a influenciar diretamente o empirismo:

Mas o dogma do reducionismo tem, de forma mais sutil e atenuada, continuado a influenciar o pensamento do empirista. Persiste a noção de que, para cada enunciado analítico, existe associado a ele um domínio único de eventos sensoriais possíveis tais que a ocorrência de qualquer um deles aumenta a probabilidade da verdade do enunciado, e existe associado a ele outro domínio único de eventos sensoriais possíveis cuja ocorrência diminuiria essa possibilidade. (QUINE, 1980, p. 244-245)

Desse modo, o dogma do reducionismo, mesmo enquanto forma de reducionismo atenuado, além de continuar a perpassar o empirismo enquanto teoria verificacionista, ainda prosseguiria como sustentação nítida da distinção entre analítico e sintético. Para Quine, esta perspectiva é absolutamente equivocada, uma vez que nenhum enunciado pode ser confirmado sozinho, seja analítico ou sintético. Não existiria a possibilidade de um fundo experiencial próprio para cada enunciado. Sobre essa impossibilidade, diz Quine: “nossos enunciados sobre o mundo exterior enfrentam o tribunal da experiência sensível não individualmente, mas apenas como um corpo organizado” (QUINE, 1980, p. 245).

Dentro desse corpo epistemológico organizado, nenhuma experiência particular poderia estar vinculada a algum enunciado individualmente no interior do corpo teórico. Por isso, seria um equívoco falar sobre um tipo de conteúdo empírico de um enunciado em particular. E, não

havendo a possibilidade de um fundo verificacional individual, o equívoco se estenderia na tentativa de buscar fronteiras entre enunciados analíticos e sintéticos:

Além disso, é tolice procurar uma fronteira entre enunciados sintéticos, que se baseiam de maneira contingente na natureza, e enunciados analíticos, que são válidos aconteça o que acontecer. Qualquer enunciado pode ser considerado verdadeiro, aconteça o que acontecer, se fizermos ajustes drásticos o suficiente em outra parte do sistema. (QUINE, 1980, p. 246)

A partir dessas contundentes críticas aos dogmas do empirismo, e das constatações da inutilidade das tentativas de demarcar diretamente as distinções entre analítico e sintético, Quine lançaria então as sementes de uma proposta de um empirismo sem dogmas, na forma de um holismo epistemológico, em *Epistemologia Naturalizada* (1980).

1.3 Empirismo sem dogmas

Na última seção do artigo *Dois Dogmas do Empirismo* (1980), Quine propõe, como alternativa ao empirismo com dogmas, um empirismo moderado, sem dogmas, um empirismo que continua acreditando que o tribunal de qualquer sistema teórico é a experiência.

Não há, segundo Quine, como dividir a totalidade dos enunciados de uma linguagem em enunciados verdadeiros e enunciados necessariamente verdadeiros. Qualquer enunciado pode ter que ser revisado, ou seu valor de verdade alterado, devido a fatos empíricos,

porém não isoladamente, mas, sim, em conjunto com outros enunciados de uma teoria ou universo linguístico.

Essa tese leva Quine a concluir que inclusive os enunciados da lógica poderiam, não sem certa resistência, por serem enunciados muito teóricos e, em geral, pressupostos pela maioria dos outros enunciados de sistemas teóricos dos quais participam, ser revisados em seu valor de verdade devido a motivos empíricos.

Apenas enunciados por ele chamados de observacionais poderiam ser determinados verdadeiros ou falsos isoladamente. Pode-se, segundo alguns críticos, ver essa ressalva de Quine como um resquício da crença empirista de que há enunciados sobre experiências sensoriais cuja verdade ou falsidade é mais fácil de determinar e menos dubitável que a de outros enunciados. Essa tese de Quine de que os universos linguísticos enfrentam o tribunal da experiência como um todo é chamada por Hilary Putnam de holismo do significado.

O holismo é uma das teses que está no centro do pensamento de Quine. O holismo resulta do abandono da distinção entre as proposições que são verdadeiras em virtude exclusivamente do seu significado e as proposições cuja verdade depende do modo como o mundo é: a rigor, não se pode esperar que uma proposição tivesse um sentido empírico próprio separado do significado e independente da teoria.

Existe uma distinção entre as proposições que são verdadeiras, por causa do seu significado e as que não podem ter sentido empírico longe do seu significado. Essa distinção resulta em dois tipos de holismo semântico, a saber: radical, no qual o significado está ligado ao conjunto total de crença, e o moderado, cujo significado

pode ser adquirido isoladamente, porém reduzindo uma parte da linguagem em uma relação de unidade significativa.

O holismo moderado é o ponto fundamental da conexão de uma teoria com as demais teorias e uma tentativa de resposta à teoria do significado do empirismo tradicional. Segundo Quine, o holismo semântico tem um aspecto particular, pois a partir dele é possível compreender algo sobre a realidade, ou seja, que as proposições têm significado no conjunto total de crenças e não separadamente uma das outras. Isto é, "o significado de uma palavra isolada depende não só do enunciado de que faz parte, mas da totalidade da linguagem em que está inserida" (PENCO, 2006, p.197). Isso é o que torna o holismo quineano moderado, o qual é denominado holismo epistemológico.

A linguagem, segundo Quine, seria uma rede e os enunciados seriam as fibras dessa rede, já que ele acredita que, em uma rede de crenças poderia encontrar os significados dos objetos e das palavras. É através da compreensão da relação da rede com as fibras, que Quine entende o holismo semântico.

Analogamente, para Quine, por mais completa que seja uma sentença, tomada isoladamente, não tem significado empírico. De fato, o significado de uma sentença deve ser obtido pela observação e no contexto da totalidade da teoria.

A tese holista sustenta basicamente, assim, que os enunciados científicos não são separadamente vulneráveis a observações adversas porque é apenas conjuntamente como uma teoria que tais enunciados

Com isso fica claro que, para encontrar o significado de uma palavra em particular é preciso, sem dúvida, conhecer o enunciado no domínio da língua da qual ela faz parte. Além disso, quando Quine trata o problema da tradução radical⁴ deixa de lado o fator mental que procura significado nas palavras e objetos, e parte para o comportamento linguístico dos falantes (PENCO, 2006, p. 197).

Sobre o comportamento linguístico, Quine afirma que “os enunciados observacionais (...) são emitidos em concomitância com um fenômeno claramente perceptível” (PENCO, 2006, p. 197). Para uma melhor compreensão, podemos utilizar a palavra “gavagai”, criado pelo próprio autor, que tem como tradução “coelho”, mas para que haja essa tradução, faz-se necessário ter um domínio da língua na qual ela está inserida. Caso contrário, ao observar um nativo, apontar para um animal e dizer “gavagai”, pode-se entender que seja um movimento do coelho, um salto dele ou uma das partes do coelho.

Esse problema da tradução também é tratado por Quine, no artigo *Epistemologia Naturalizada*, (1980), no qual o autor apresenta uma relação entre a indeterminação da tradução e o holismo semântico. Segundo o autor,

Se, com Pierce, reconhecemos que o significado de uma sentença depende puramente do que vier a ser considerado

⁴ Tradução radical trata-se de uma tradução de uma determinada língua para outro, sem auxílio do manual, apenas pelo o comportamento observado dos nativos.

como evidência para a sua verdade, e se, com Duhem, reconhecemos que as sentenças teóricas possuem evidência não enquanto sentenças isoladas, mas só enquanto grandes blocos de teoria, então o caráter indeterminado da tradução de sentenças teóricas será a conclusão natural (QUINE, 1980, p. 163).

A afirmação, acima, demonstra que a indeterminação está contida no mesmo conjunto de premissas que convêm deduzir o holismo semântico. Assim, podemos afirmar com rigor, que o holismo semântico que Quine utiliza, está mais próximo da forma moderado, pois, na obra *Palavra e Objeto*, o significado das sentenças teóricas é considerado indeterminado, no qual defenderia as sentenças que dependem dos estímulos, sentenças observáveis, em seus significados provindos das estimulações, ocasionando o seu verdadeiro significado. Além disso, vale ressaltar que esse holismo moderado foi a solução encontrada por Quine para um empirismo sem dogma.

Apresentadas, de forma sucinta, as teses de Quine, passemos agora a examinar as críticas feitas por Davidson.

2 A crítica de Davidson ao terceiro dogma do empirismo

Davidson considera insuficiente a proposta de Quine de um empirismo sem dogmas e levanta a questão de um terceiro dogma presente no empirismo; esse dogma daria sustentação a todo o edifício empirista e continuaria presente até mesmo no próprio Quine. Na

verdade, Davidson radicaliza a crítica quineana acerca da distinção entre enunciados analíticos e sintéticos, ao reducionismo, e à teoria verificacionista. A respeito disso, Davidson (1974) afirma:

Desistir da distinção analítico-sintética não provou ser uma ajuda para dar sentido ao relativismo conceitual. (...), ou seja, a ideia de conteúdo empírico. (...) Se desistirmos do dualismo, abandonamos a concepção de significado que a acompanha, mas não precisamos abandonar a ideia de conteúdo empírico. (...) Assim, em lugar do dualismo do analítico-sintético, obtemos o dualismo do esquema conceitual e do conteúdo empírico. O novo dualismo é a base de um empirismo desprovido dos insustentáveis dogmas da distinção analítico-sintética e do reducionismo, isto é, da ideia impraticável que podemos atribuir de maneira única do conteúdo empírico de sentença por sentença⁵. (DAVIDSON, 1974, p. 11)

Para Davidson, a dicotomia entre esquema conceitual e conteúdo empírico é o "terceiro dogma"⁶, a ser abandonado juntamente com a distinção analítico/sintético. Este abandono deveria implicar, também, o abandono definitivo do empirismo, coisa que Quine não fez.

Para Davidson, um dos grandes problemas da teoria quineana reside justamente em recorrer às estimulações sensoriais do indivíduo, uma vez que Quine

⁵ DAVIDSON. *On the Very Idea of a Conceptual Scheme*, 1974. [Todas as traduções desse texto são de nossa responsabilidade].

⁶ O analítico depende do significado (do esquema conceitual) e o sintético depende da experiência (conteúdo empírico).

admitiria que o significado e a evidência para a construção de determinadas sentenças dependeriam, direta ou indiretamente, das estimulações dos receptores sensoriais do falante.— De acordo com Oliveira (2011) essa crítica davidsoniana se daria do seguinte modo:

Davidson acredita que falar de estimulações das terminações nervosas de indivíduos seja recair no antigo problema do solipsismo, que desemboca no ceticismo acerca do conhecimento. Desse modo, a única solução seria voltar-se aos objetos acessíveis publicamente ao invés de estímulos sensórios. (OLIVEIRA, 2011, p.5)

O ceticismo ao qual a perspectiva quineana conduziria, seria consequência de atribuir às estimulações sensoriais um papel crucial para a evidência e para o significado, termina por criar um nível epistêmico intermediário entre o esquema conceitual consubstanciado em nossa teoria sobre o mundo e o próprio mundo.

Nesse sentido, Davidson afirma que “há um nível epistêmico intermediário entre o mundo que causa nossas sensações e nosso conceito do mundo. O problema que vemos em tal epistemologia é que ela não escapa do ceticismo dos sentidos, porque nós podemos sempre perguntar se o mundo é do modo como imaginamos que ele é ou se estamos tendo as impressões que nós teríamos se o mundo fosse desse modo”⁷. (DAVIDSON, 1990, p. 187).

As impressões oriundas de estimulações sensoriais,

⁷ DAVIDSON. *Meaning, Truth and Evidence*, 1990. [Todas as traduções desse texto são de nossa responsabilidade].

cruciais para o significado e para o contexto da evidência, acabariam por conduzir ao ceticismo na medida em que estariam abertas a possibilidade de serem falsas. Para Davidson, qualquer significado instituído a partir da experiência seria reprovável, dado o fato de significado e justificação estarem interligados. A respeito disso, Arruda (2007) afirma:

Para Davidson, significado e justificação são ligados por um princípio: dar o significado de uma sentença irá demandar que nós especifiquemos o que justificaria afirmar isso. Davidson diz que damos uma descrição ruim de significado, se sustentarmos que qualquer coisa a ser significada precise ser traçada para trás na experiência. Nós poderíamos chamar isso uma concepção fundacionista de significado; significado, nessa forma básica, nos aparece como partes acessíveis. Em um lado, existem as crenças, com seus significados amplos, se não completos, acessíveis a nós; no outro lado, um pouco separado, está a parte da verdade. O que crenças significam é uma coisa; se elas são falsas ou verdadeiras, é uma coisa totalmente diferente. (ARRUDA, 2007, p. 31).

Desse modo, esse 'fundacionismo' a partir da experiência findaria por gerar um tipo de problema no que concerne ao estabelecimento de quais crenças seriam verdadeiras ou não, visto que não havendo possibilidade de todos os indivíduos processarem do mesmo modo os dados sensórios - uma vez que seria impossível partilhar receptores de estímulos que fossem homólogos -, seria impossível estar a par das crenças do outro, a menos que

fôssemos um tipo de intérprete onisciente⁸, e validar enquanto verdadeiras ou falsas tais crenças, já que as crenças seriam derivadas de um internalismo no processo de interpretação dos dados sensórios. De acordo com Davidson, faz-se necessária “uma teoria do significado e uma epistemologia que de algum modo una os conteúdos de fala e pensamento às situações e objetos.” (DAVIDSON, 1990, p 190).

A partir dessas críticas, Davidson propõe, então, um holismo semântico, como meio de superar definitivamente as dualidades empiristas e a falta de clareza das propostas quineanas. O holismo semântico surgiria, do mesmo modo que o holismo epistemológico, da compreensão de que as partes só serão dotadas de sentido e validadas no todo. Levando em consideração que a interpretação de uma linguagem depende das crenças do indivíduo, e que as mesmas proposições verbais de um falante podem ser interpretadas de maneira diferente por diferentes ouvintes, gerando, então, uma impossibilidade de uma interpretação unívoca *a priori*, então só poderíamos dar o significado de um enunciado se déssemos o significado de todos os enunciados ou palavras da linguagem.

A proposta holista semântica de Davidson partiria então de uma teoria do significado – que, em certa medida, é baseada na teoria da verdade de Tarski⁹ – e que

⁸ O intérprete onisciente seria um tipo de intérprete hipotético que teria apenas crenças verdadeiras sobre o mundo, e, assim, seria capaz de validar as crenças como verdadeiras. Diferente do intérprete comum, que seria falível, podendo então pressupor crenças falsas.

⁹ Tarski defende que a noção de verdade numa *Linguagem formal L* é dada pela expressão “*p* é verdadeira se e somente se *p*”, sendo *p* uma sentença qualquer de *L*. (TARSKI, 2007, p.208). Vale ressaltar que essa teoria da verdade de Tarski, embora não faça parte do escopo de discussão deste trabalho, é

poderia ser compreendida também como uma teoria da interpretação, uma vez que era necessário oferecer a um falante o significado de todos os componentes de uma língua, para que fosse possível um mínimo de compreensão daquela linguagem. De acordo com Penco, poderíamos concluir:

Em certos aspectos a teoria de Davidson é um outro modo de traduzir a teoria clássica do significado como condições de verdade, que já vimos ser uma ideia central da filosofia da linguagem em suas origens (...). A teoria põe em evidência, antes de tudo, de que modo a interpretação dos *enunciados compostos* depende dos enunciados componentes. Pense-se na definição clássica do significado dos conectivos dado pelas tábuas de verdade (" $a \sqcap b$ " é verdadeiro se a é verdadeiro e b é verdadeiro, etc.). Davidson apresenta as coisas de maneira análoga, mas na parte direita do bicondicional¹⁰ não aparece mais o predicado de verdade. (PENCO, 2006, p. 208-209)

Desse modo, conhecer o significado de um enunciado seria conhecer as condições de verdade para que tal enunciado seja verdadeiro. Em última instância, essa proposta davidsoniana dependeria das condições de possibilidade empíricas para que um enunciado fosse considerado verdadeiro. Entretanto, apesar disso, a teoria holista davidsoniana rompe em certa medida com a ideia de estimulação sensória, haja vista que as condições de

fundamental para a discussão do holismo semântico de Davidson.

¹⁰ Isto quer dizer na *ida* do operador lógico de bicondicional, ou seja, na condição suficiente, que aparece na definição de verdade de Tarski, na nota de rodapé anterior.

verdade de um enunciado estariam ligadas a algo compartilhado externamente, e não no indivíduo.

Para Davidson,

Ao desistir da dependência do conceito de uma realidade não interpretada, algo fora de todos os esquemas e da ciência, não renunciamos à noção de verdade objetiva - muito pelo contrário. Dado o dogma de um dualismo de esquema e realidade, obtemos a relatividade conceitual e a verdade em relação a um esquema. Sem o dogma, esse tipo de relatividade deixa de existir. É claro que a verdade das sentenças permanece em relação à linguagem, mas isso é o mais objetivo possível. Ao abandonar o dualismo do esquema e do mundo, não abandonamos o mundo, mas restabelecemos o contato imediato com os objetos familiares, cujas travessuras fazem nossas sentenças e opiniões verdadeiras ou falsas. (DAVIDSON, 1974, p.20)

O significado estaria conectado diretamente com as condições que tornam as sentenças intersubjetivas verdadeiras ou falsas. Embora não seja possível negar, mesmo nessa teoria, o papel causal dos sentidos, os estímulos seriam, entretanto, compartilhados no estabelecimento epistemológico das condições de verdade do enunciado, e não nos órgãos dos sentidos, como na perspectiva quineana da estimulação sensorial. Isto é, embora não fosse possível fisiologicamente que todos os falantes de uma língua fossem dotados da habilidade de processar os dados sensórios através de receptores homólogos, ainda assim haveria um tipo de acordo intersubjetivo no que concerne ao

estabelecimento das condições de verdade para validação de uma crença. Para fugir de qualquer ceticismo oriundo de um mentalismo ou internalismo na construção do significado, o holismo semântico seria dotado de um tipo de externalismo contratual, digamos. Em outros termos, o que a teoria semântica holista de Davidson faz, de acordo com Oliveira, seria:

Remover dos órgãos dos sentidos, das suas atividades e manifestações imediatas, tais como sensações e estimulações sensoriais, a importância teórica central de significado e do conhecimento. As causas externas ao falante é que importam diretamente ao significado, e assim devem ser tomadas e avaliadas por um intérprete conjuntamente. (...) Ou seja, sugere que o intérprete correlacione suas próprias respostas e as do falante pela referência a causas mutuamente salientes no mundo do qual eles falam. (OLIVEIRA, 2011, p. 07)

Assim sendo, tal qual na perspectiva quineana, o holismo semântico seria fundado em um apelo à intersubjetividade e na compreensão do todo da linguagem, para, então, tornar possível uma interpretação ou compreensão entre os falantes.

O holismo davidsoniano recebeu diversas críticas, inclusive as do próprio Quine, expostas em *On the Very Idea of a Third Dogma*, Quine (1981).

3 Considerações Finais

Um dos principais méritos do artigo de Quine consiste em mostrar que a origem dos dogmas do empirismo moderno reside na desconsideração da relação existente entre as próprias percepções sensoriais e a

Linguagem. Assim, ao discutir a dualidade analítico-sintético, mostra que tal dualidade remete tanto ao problema da sinonímia, quanto, em última análise, ao problema do significado e da referência. A despeito disso, Quine considera necessário salvaguardar pelo menos uma forma de empirismo, qual seja, o empirismo moderado.

Davidson, por sua vez, entende ser necessário desfazer-se definitivamente de qualquer forma de empirismo, pois, a seu ver, mesmo a moderação quineana representa tão somente um novo dogma empirista. Nesse sentido, Davidson vislumbra uma adesão mais radical do que a de Quine em relação ao paradigma da linguagem. A radicalidade da posição de Davidson é decorrente do formalismo inerente às suas teses, as quais tem como fonte principal a teoria da verdade de Tarski. Por isso, Davidson discorda de Quine não só quanto à função da experiência na construção do conhecimento, mas, sobretudo, quanto ao modo de encarar o papel das teorias do significado e da referência na discussão da questão da Linguagem.

A despeito de todas as divergências patentes entre Quine e Davidson, há pelo menos um ponto em comum entre ambos, qual seja, o de colocar a questão do empirismo sob a ótica da Linguagem.

Referências

ARRUDA, Laura Patrício. **Interpretação radical e princípio da caridade:** conceitos chaves da filosofia de Donald Davidson. Dissertação de Mestrado em Filosofia. PUC-RS, 2007, 73p.

DAVIDSON, Donald. ***On the Very Idea of a Conceptual Scheme***. Proceedings and Addresses of the American

Philosophical Association. Vol. 47, 1974, p. 5-20.

DAVIDSON, Donald. Meaning, Truth and Evidence. *In*: Barrett, R.; Gibson, R. (Org.) **Perspectives on Quine**. Cambridge: Blackwell, 1990.

DAVIDSON, Donald. **Subjective, Intersubjective, Objective**. Oxford: Oxford University Press. 2001.

OLIVEIRA, Debora Fontoura. **Significado e Evidência: um Debate entre Quine e Davidson**. Semana Acadêmica do PPG em Filosofia da PUCRS, VII Edição, 2011.

NASCIMENTO, Marcos Bulcão. O holismo quineano e a ciência sem dogmas. **Práxis Filosófica**. Nueva serie, N. 28, Enero-Junio 2009: 99-116.

PENCO, Carlo. **Introdução à Filosofia da Linguagem**. Trad. Ephraim F. Alves. Petrópolis: Vozes, 2006.

QUINE, W. V. O. Two dogmas of empiricism. *In*: QUINE, W. V. O. **From a Logical Point of View**, Harvard University Press: Cambridge, Massachusetts, 1953.

QUINE, W. V. O. *Dois dogmas do empirismo*. *In*: **De um ponto de vista lógico: nove ensaios lógico-filosóficos**. Trad. Antonio Ianni Segatto. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

QUINE, W. V. O. *Dois Dogmas do Empirismo*. *In*: **Relatividade Ontológica e Outros Ensaios**. Trad. de Oswaldo Porchat de Assis Pereira da Silva. *In* Coleção Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

QUINE, W. V. O. *Epistemologia Naturalizada*. *In*: **Relatividade Ontológica e Outros Ensaios**. Trad. de Oswaldo Porchat e Andréa Lopari. *In*: Coleção Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

QUINE, W. V. O. **Palavra e objeto**. Trad. de Sofia Inês A. Stein e Desidério Murcho. Ed. Vozes, 2010.

QUINE, W. V. O. *On the Very Idea of a Third Dogma*. *In*: **Theories and things**. Cambridge, MA: Harvard University

Press, 1981.

TARSKI, A. **A concepção semântica da verdade**. Trad. de Cezar Mortari e Luiz Henrique A. Dutra. São Paulo: UNESP, 2007.

VELLOSO, Araceli. Quine e Davidson: estimulação distal ou proximal? *In: Filosofos R. Intern. Fil.* v.10 n.2, 2005, p. 57-86.

Eleonoura Enoque da Silva

Doutora em Filosofia e Professora de Filosofia na Universidade Católica de Pernambuco.

E-mail: eleonoura.silva@unicap.br

Rebecka Rabelo de Medeiros

Mestre em filosofia pela UFPE.

E-mail: rebecka_rabelo@hotmail.com

Rafael Laurentino da Silva

Bacharel em Ciências Contábeis.

E-mail: rafael_laurentino2007@hotmail.com

Submetido: 03/01/2019

Aprovado: 28/03/2019